



05 DE NOVEMBRO DE 2017

Terça-feira

- COMISSÃO DO SENADO APROVA EMPRÉSTIMO DE R\$ 764 MILHÕES PARA O PARANÁ
- A PARTIR DE JULHO DE 2018 EXPORTAÇÕES DEVERÃO SER REALIZADAS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO PORTAL ÚNICO
- CAMEX INICIA CICLO DE CAPACITAÇÃO EM FINANCIAMENTO E GARANTIAS À EXPORTAÇÃO
- ARTIGO: A CABEÇA, NÃO O FÍGADO
- COM MAIS CRESCIMENTO DISSEMINADO, INDÚSTRIA TEM ALTA DE 0,2% EM OUTUBRO
- INDÚSTRIA DO BRASIL CRESCE EM OUTUBRO E INVESTIMENTOS SÃO DESTAQUE
- PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL CRESCE 1,1% EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO, DIZ IBGE
- EM PARIS, ESPECIALISTAS DO MERCADO FRANCÊS APRESENTAM OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO A STARTUPS BRASILEIRAS
- DESEMPREGO CAIRÁ A 8% COM NOVA PREVIDÊNCIA, DIZ GOVERNO
- COM PERDA DE CLIENTES, SERVIÇOS DO BRASIL TÊM EM NOVEMBRO MAIOR CONTRAÇÃO EM 9 MESES, MOSTRA PMI
- EMPRESAS CRITICAM INSS DE TRABALHADOR INTERMITENTE
- EMPRESA PODE OBRIGAR FUNCIONÁRIO A FOLGAR E COMPENSAR HORAS DEPOIS?
- ACORDO DE PLANO ECONÔMICO VAI INCLUIR AÇÕES INDIVIDUAIS
- BOLSA AVANÇA 1,1% COM ARTICULAÇÕES DO GOVERNO PARA APROVAR PREVIDÊNCIA
- CÂMARA TENTARÁ PASSAR A REFORMA AINDA ESTE ANO, DIZ RODRIGO MAIA

- PARA MEIRELLES, HÁ 'BOA PROBABILIDADE' DE VOTAR A PREVIDÊNCIA EM 2017
- PETROBRAS ANUNCIA SEXTO AUMENTO SEGUIDO NO PREÇO DO GÁS DE COZINHA
- AL-KO INVESTE R\$ 2,5 MILHÕES NO BRASIL
- PSA E NIDEC CRIAM JOINT VENTURE PARA MOTORES ELÉTRICOS
- SERGIO MARCHIONNE, DA FIAT CHRYSLER, ADMITE NEGOCIAÇÕES COM HYUNDAI
- HÁ SINAIS DE RECUPERAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL, DIZ GERDAU
- SÓCIA DA USIMINAS, GRUPO TERNIUM APOSTA NO POTENCIAL DO MERCADO BRASILEIRO
- SECEX ANUNCIA VIGÊNCIA DE DIREITO ANTIDUMPING PARA LAMINADOS PLANOS DE AÇO DA CHINA E OUTROS PAÍSES

CÂMBIO EM 05/12/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,236	3,236
Euro	3,829	3,831

Fonte: BACEN

Comissão do Senado aprova empréstimo de R\$ 764 milhões para o Paraná

05/12/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Articulação da bancada do Paraná junto à base aliada do presidente Temer deu velocidade à análise do texto



Governo Richa irá aplicar recursos no “Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Paraná”. Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

A autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de R\$ 764 milhões, entre o governo do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID), foi aprovada na manhã desta terça-feira (05) pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O dinheiro deve ser usado em obras de infraestrutura.

Um parecer favorável ao empréstimo internacional foi lido na CAE pela senadora Lúcia Vânia (PSB-GO). O documento foi aprovado sem debate, em votação simbólica.

O mesmo colegiado ainda aprovou na sequência, a pedido do senador José Pimentel (PT-CE), o trâmite em regime de urgência, o que empurra o texto de forma imediata à pauta do plenário da Casa, última etapa antes da liberação do dinheiro ao governo do Paraná.

Não estava na pauta

O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), abriu a reunião desta terça-feira (05), por volta das 10h30, consultando o colegiado sobre inclusão do tema na pauta, já que tal item não estava originalmente previsto.

A mensagem do presidente da República, Michel Temer (PMDB), dando aval ao empréstimo internacional, foi assinada na segunda-feira (04) e publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira (05). Uma articulação da bancada do Paraná junto à base aliada do presidente Temer deu velocidade à análise do texto.

De acordo com o governo do Paraná, o valor do financiamento (aproximadamente de R\$ 764 milhões) se soma à contrapartida do próprio Estado, de cerca de R\$ 650 milhões (200 milhões de dólares), para a execução do chamado "Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Paraná".

A partir de julho de 2018 exportações deverão ser realizadas exclusivamente por meio do Portal Único

05/12/2017 – Fonte: MDIC

Com o desenvolvimento da nova plataforma, módulos do Siscomex que serão substituídos têm cronograma de desligamento aprovado em reunião com a participação do MDIC e do MF

Exportadores de todo o Brasil terão até o dia 2 de julho do ano que vem para migrar completamente suas operações para o Novo Processo de Exportações do Portal Único de Comércio Exterior.

A decisão foi tomada pela Comissão Gestora do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), durante reunião realizada na última quarta-feira (29).

A medida foi fundamentada no compromisso assumido pelo governo federal de trabalhar em prol da facilitação do comércio e da previsibilidade e reflete ainda a necessidade de se conferir maior racionalidade aos gastos públicos.

Também a partir de 2 de julho de 2018 serão interrompidos os novos registros nos módulos Novoex, DE-Hod e DE Web, sistemas atualmente utilizados para a realização de exportações. Entretanto, esses módulos permanecerão disponíveis para consultas e retificações dos registros previamente efetuados.

Até que o desligamento dos referidos módulos ocorra, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e a Receita Federal do Brasil (RFB) intensificarão as ações de divulgação e capacitação dos operadores de comércio exterior para garantir que a transição entre os sistemas aconteça de maneira segura e previsível.

A data limite para a migração das operações de importação ainda será oportunamente definida e divulgada.

Novo Processo de Exportações

Dentre as facilidades disponibilizadas pelo Novo Processo de Exportações aos operadores de comércio exterior estão a substituição de três documentos processados nos sistemas antigos - o Registro de Exportação (RE), a Declaração de Exportação (DE) e a Declaração Simplificada de Exportação (DSE) - pela Declaração Única de Exportação (DUE), a integração da DUE com a Nota Fiscal Eletrônica (Nfe), a melhor rastreabilidade e controle das operações, a redução de pelo menos 60% no número de informações prestadas e o paralelismo dos fluxos processuais.

Camex inicia ciclo de capacitação em Financiamento e Garantias à Exportação

05/12/2017 – Fonte: MDIC



Palestras serão realizadas também em janeiro e fevereiro

A secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Marcela Carvalho, participou, na manhã desta segunda-feira (4/12) da abertura do Ciclo de Capacitação em Financiamento e Garantias à Exportação, promovido pela Camex, no auditório do MDIC, em Brasília.

“Tendo em vista que o comércio exterior representa importante vetor do crescimento econômico, sobretudo em momentos de crise, o financiamento às exportações assume uma relevância ainda maior na competitividade brasileira”, afirmou a secretária. “É fundamental que os servidores que atuam no comércio exterior estejam devidamente capacitados, seja para desenvolver políticas públicas para o setor ou orientar o exportador”, completou Marcela.

Segundo a secretária, houve uma renovação recente no quadro de colaboradores das áreas que trabalham diretamente com o tema, além da adição de novos órgãos do governo federal nas discussões técnicas, por isso, o objetivo do ciclo de capacitação é preparar os técnicos dos órgãos participantes do sistema de apoio oficial ao crédito à exportação, disseminando informações essenciais e atualizadas sobre os instrumentos e principais temas relativos a essa agenda.

No primeiro dia, a palestra foi sobre crédito oficial no fomento às exportações e foi realizada pelo coordenador-geral de Seguro de Crédito à Exportação da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcelo Teixeira. Ele falou sobre a racionalidade do apoio oficial à exportação, o crédito oficial no Brasil, as operações de crédito à exportação, práticas e regulações internacionais e as especificidades nacionais no tema.

Ainda estão previstos os seguintes módulos para janeiro e fevereiro de 2018:

Data	Palestrante	Tema
09/01/18	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias	Precificação e estruturação de operações de crédito
30/01/18	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Financiamento de bens e serviços e financiamento de aeronaves
06/02/18	Banco do Brasil	ACC/ACE, PROEX e Proger

ARTIGO: A cabeça, não o fígado

05/12/2017 – Fonte: CNI

Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, ressalta que o único jeito de atacar a dívida pública para valer é corrigindo as distorções da Previdência Social

O senso comum explica que a aproximação das eleições dificulta a aprovação, pelo Congresso Nacional, de medidas necessárias para a saúde econômica do país, mas talvez antipáticas ao eleitorado. É da natureza humana buscar sempre o conforto, a situação ótima, indolor. Há, porém, nesse caso, um problema: se se alivia apenas a dor, mas não se combate a causa, mais adiante a doença pode matar.

Há algo ainda mais ilusório do que atacar apenas os sintomas da doença: não fazer nada, esperando que o problema se resolva espontaneamente. É a ilusão do "se nada aconteceu até agora, então nada vai acontecer". Em geral, o mal que não é enfrentado progride, mesmo silenciosamente. Quando, afinal, ele é diagnosticado, o tratamento precisa ser bem mais radical, e muitas vezes nem tem mais solução.

Existe apenas um caminho para colocar o Brasil na rota do crescimento sustentado, sem o qual não haverá a retomada firme do emprego e da renda. É preciso tomar medidas que evitem a expansão descontrolada da dívida pública. Se isso não for feito, não haverá como impedir uma nova alta da inflação e dos juros, o que abortaria, no nascedouro, a recuperação econômica, que começa a dar as caras depois de anos difíceis.

É preciso dizer a verdade aos brasileiros: o único jeito de atacar a dívida pública para valer é corrigindo as distorções da Previdência Social. Urge adaptá-la à nova e mais alta expectativa de vida da população e acabar com privilégios de uma minoria que suga da sociedade, de modo completamente injusto, uma gigantesca massa de recursos, perpetuando e agravando a difícil situação das contas do setor público.

A verdade é uma só: ou este governo faz a reforma da Previdência ou o próximo terá de fazê-la para o país não quebrar. A alternativa seria aumentar impostos, mas isso já está claro que a sociedade não aceita. Então, não há e não haverá escapatória: o Brasil precisa enfrentar o problema; quanto mais cedo e mais transparentemente, melhor para as contas públicas e para a nossa democracia.

O Brasil suportará um novo estelionato eleitoral? Como é que um presidente recém-eleito vai explicar para o eleitor que precisa mexer na Previdência depois de passar a campanha garantindo que não seria necessário? Será que precisamos de mais desilusão, desencanto, revolta? Não seria melhor encarar os fatos agora, num ambiente de relativa paz política, em vez de transferir uma nova conflagração para 2019?

Se o patriotismo e o bom senso recomendam dizer a verdade aos cidadãos, mostrar que o problema existe e precisa ser solucionado, por que não começar já, quando o governo do presidente Michel Temer está disposto a desatar esse nó de forma realista, apresentando uma proposta viável e pronto a negociar seus termos com um Poder Legislativo que, felizmente, readquiriu seu protagonismo? Só que mais protagonismo implica, também, mais responsabilidade.

Não sou ingênuo a ponto de pedir aos políticos que pensem apenas no Brasil e deixem de lado seus interesses eleitorais. Mas escrevo este artigo para argumentar que é

possível fazer convergir ambos. Existem situações em que, inclusive para os políticos, quanto melhor, melhor, especialmente se têm possibilidades reais de chegar ao poder. Deixemos o quanto pior, melhor para os que estão, por suas próprias limitações, fora do jogo.

Pelo menos por uma vez, vamos raciocinar com a cabeça e não com o fígado. É preciso ajudar o Brasil a equilibrar as contas, acelerar a retomada da economia, criar mais empregos e melhorar a vida dos trabalhadores e de suas famílias.

(**Robson Braga** - Presidente da CNI).

Com mais crescimento disseminado, indústria tem alta de 0,2% em outubro

05/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A indústria teve um ligeiro crescimento em outubro, mas o resultado foi mais disseminado entre os setores do que anteriormente.

Segundo o IBGE, a produção industrial teve alta de 0,2% em outubro na comparação com setembro, com aumento na produção de 15 das 24 atividades pesquisadas.

Após primeiro semestre de comportamento errático, com altas seguidas de quedas, a produção industrial segue em rota de melhora gradual. É o segundo mês consecutivo de variação positiva.

Apesar do desempenho ter ficado abaixo do obtido no mês anterior —o IBGE revisou o dado de setembro de 0,2% para 0,3%—, a avaliação do órgão é que o indicador de outubro foi melhor porque, em setembro, apenas oito setores haviam tido alta.

"O positivo desse resultado é percebermos que o crescimento da indústria está menos concentrado em setores específicos", disse o gerente da pesquisa, André Macedo.

Os setores que puxaram o indicador para cima foram o ramo farmacêutico, de bebidas, vestuário, metalurgia e máquinas e equipamentos.

Na divisão por grandes grupos, os chamados bens de capital, que são as máquinas voltadas para a produção, tiveram alta de 1,1%. Os bens de capital são tidos como importante termômetro da atividade econômica.

Segundo Macedo, a maior parte dos bens de capital são caminhões, tratores e retroescavadeiras para a construção civil voltados para as exportações.

As máquinas voltadas para ampliação de produção nas fábricas brasileiras, bem como a modernização do parque industrial, segundo o técnico, ainda não tiveram alta relevante. As máquinas agrícolas, que tiveram boom no primeiro semestre na esteira da chamada super safra de grãos, perderam fôlego em razão do fim da colheita.

"As máquinas que estão abastecendo hoje a indústria estão mais relacionadas a reposição de peças do que ampliação do parque industrial", disse Macedo.

O resultado de outubro coloca a indústria em patamar semelhante ao observado em fevereiro e março de 2009. A produção continua muito abaixo do pico recente da série,

ocorrido em junho de 2013 –o nível de produção atual está 17,2% abaixo do registrado no período.

Os chamados bens de consumo semi e não duráveis tiveram a maior alta, de 2%, revertendo período de dois meses de taxas negativas. Estão nesse grupo os produtos farmacêuticos, cuja alta de 20,3% precisa ser relativizada porque a produção do setor é historicamente volátil, variando conforme câmbio e disponibilidade de matéria prima para medicamentos no país.

"A produção farmacêutica está entre as atividades que mais influenciaram negativamente a indústria. No acumulado do ano, ela caiu 7,4% e, em setembro, a queda foi de 19,7%".

Macedo avalia que a indústria está em trajetória de melhora de ritmo, "mas é aquela característica de recuperação gradual, lenta".

COMPARAÇÃO ANUAL

Na comparação de outubro com igual período do ano passado, a produção industrial teve alta de 5,3%, na sexta alta consecutiva do indicador.

Os bens de capital tiveram alta expressiva, de 14,9% — é a primeira alta de dois dígitos do ano, calcada principalmente nas vendas ao exterior. Já os bens de consumo duráveis tiveram alta de 17,6%. Nesse segundo grupo entram os automóveis, que também têm tido boas vendas ao exterior.

A queda dos juros, inflação em patamar mais baixo e melhora do emprego, segundo Macedo, ajudou também a uma melhora no desempenho de veículos no Brasil e também dos eletrodomésticos, como televisão.

"Apesar das altas, nós não conseguimos zerar as perdas do passado. É importante frisar que a base de comparação está muito depreciada porque as quedas em igual período do ano passado eram muito maiores que as altas mais recentes", afirma Macedo.

Indústria do Brasil cresce em outubro e investimentos são destaque

05/12/2017 – Fonte: Reuters

A produção industrial brasileira iniciou o quarto trimestre em alta, dentro do esperado e impulsionada por bens de capital e de consumo, em mais um sinal de que a economia do país está se recuperando gradualmente.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou nesta terça-feira que a produção industrial teve expansão de 0,2 por cento em outubro na comparação com o mês anterior, após avanço de 0,3 por cento em setembro.

Patrocinado

Sobre o mesmo mês de 2016, a alta foi de 5,3 por cento, melhor resultado desde abril de 2013 (+9,8 por cento).

Os dados ficaram em linha com as expectativas em pesquisa da Reuters com economistas, de alta de 0,20 por cento na variação mensal e de 5,20 por cento na base anual.

"Há saldo positivo da indústria neste ano, com 8 altas em 10 meses, bem em linha com o ritmo e a velocidade da economia. Não vemos recuperação rápida e instantânea, mas há uma reação", disse o gerente da pesquisa no IBGE, André Macedo

Entre as categorias, apresentaram ganhos em outubro Bens de Capital, uma medida de investimento, e Bens de Consumo, respectivamente de 1,1 e 1,0 por cento.

A retomada dos investimentos no terceiro trimestre já havia indicado fôlego da economia ao expandir 1,6 por cento sobre o período anterior.

Com o resultado de outubro, a indústria mantém o ritmo gradual de recuperação, em meio à melhora do emprego no país com inflação e juros baixos.

Segundo o IBGE, somente a produção de Bens Intermediários recuou no mês, em 0,8 por cento na comparação com setembro.

Já entre os ramos pesquisados, 15 dos 24 registraram ganhos, sendo as maiores influências positivas os aumentos de 20,3 por cento de produtos farmoquímicos e farmacêuticos e de 4,8 por cento de bebidas. Ambos reverteram as perdas vistas no mês anterior.

“O positivo desse resultado é percebermos que o crescimento da indústria está menos concentrado em setores específicos”, avaliou Macedo.

A confiança da indústria também vem melhorando, com avanço em novembro pelo quinto mês seguido, para a máxima em quase quatro anos.

Produção de bens de capital cresce 1,1% em outubro ante setembro, diz IBGE

05/12/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

A produção da indústria de bens de capital avançou 1,1% em outubro ante setembro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com outubro de 2016, o indicador mostrou crescimento de 14,9%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF). No ano, houve crescimento de 5,6% na produção de bens de capital. No acumulado em 12 meses, a taxa ficou positiva em 6,0%.

Em relação aos bens de consumo, a pesquisa registrou alta de 1,0% na passagem de setembro para outubro. Na comparação com outubro de 2016, houve aumento de 7,2%. No ano, a produção de bens de consumo subiu 2,9%. No acumulado em 12 meses, o avanço foi de 2,1%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, o mês de outubro foi de queda de 2,0% ante setembro, mas alta de 17,6% em relação a outubro de 2016. Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve aumento na produção de 2,0% em outubro ante setembro, e alta de 4,9% na comparação com outubro do ano passado.

Para os bens intermediários, o IBGE informou que a produção diminuiu 0,8% em outubro ante setembro. Em relação a outubro do ano passado, houve crescimento de 3,1%. No ano, os bens intermediários tiveram aumento de 0,9%. Em 12 meses, houve elevação de 0,7% na produção.

O índice de Média Móvel Trimestral da indústria teve leve queda de 0,1% em outubro.

Em Paris, especialistas do mercado francês apresentam oportunidades de negócio a startups brasileiras

05/12/2017 – Fonte: MDIC

Novo programa de internacionalização de startups do governo levará, até 2021, 270 empresas para conhecerem diferentes ecossistemas de inovação

Empreendedores de 14 startups brasileiras participaram, nesta segunda-feira, de um seminário sobre empreendedorismo, financiamento e pesquisa de mercado no ecossistema de inovação da França.

Eles integram a primeira missão do StartOut Brasil, novo programa de internacionalização de startups do governo federal. O seminário aconteceu na Embaixada do Brasil em Paris.

Na abertura do evento, Alexandre Barral, da Business France, explicou que a França pode ser uma porta de entrada para o mercado europeu e africano.

"Nosso país pode ser um hub muito interessante para a Europa e também para a África, pois temos uma convergência cultural, logística e linguística com diversos países africanos. O setor tecnológico também é bastante atrativo aqui. As startups podem contar com incentivos e financiamentos do governo e instituições privadas", destacou.

De acordo com dados apresentados por Barral, os custos de implementação e operacionais na França são mais baixos que no Reino Unido, Alemanha, Japão e Estados Unidos. Como ele destacou, a Business France oferece acompanhamento gratuito no processo de abertura de empresa no país e apoio em missões de prospecção. O país também é signatário de acordos para evitar a dupla tributação de empresas.

Para Barral, o mercado de inovação será ainda mais interessante nos próximos anos. "Em 2024, sediaremos os jogos Olímpicos, o que, naturalmente, significará investimentos em diversas áreas. Além disso, o presidente Emmanuel Macron deverá realizar, em breve, mais uma edição do French Tech Ticket, programa de aceleração do governo francês", explicou.

Laurence Kirsner, também da Business France, apontou em sua apresentação outras vantagens do mercado francês. "Na França há disponibilidade de mão de obra e os profissionais são extremamente qualificados. Também temos muitos bancos instalados aqui. E a nossa economia é bastante diversificada: não é um país que vive do setor financeiro. Temos uma economia voltada a questões sociais, indústrias e startups."

O cenário político e econômico também seria um fator bastante atrativo para os empreendedores. "As instituições políticas e jurídicas francesas são bastante estáveis. Os governos mudam, mas há segurança jurídica para as empresas. Também estamos simplificando e flexibilizando nossa legislação trabalhista, o que terá impacto positivo para a contabilidade das empresas", apontou Kirsner.

Nova capital da economia europeia

Odin Demassieux, da organização Cap Digital, compartilhou com os empreendedores brasileiros informações sobre o efetivo processo de instalação no país, chamado de softlanding. A Cap Digital, como ele explicou, ajuda a conectar os empreendedores inovadores a investidores e fundos públicos.

"É importante que vocês conheçam nosso ecossistema antes de virem para cá. Sugiro que, se possível, façam testes para saber se sua estratégia de internacionalização é sustentável. Além disso, é interessante que um fundador da empresa se mude para o país para garantir que todo processo ocorra da melhor maneira possível", aconselhou.

Para Demassieux, a França é o local certo para quem quer entrar no mercado europeu.

"Somos a porta de entrada. Na Espanha e em Portugal não há tantas empresas grandes como aqui. Na Alemanha, existe uma barreira linguística grande e, no Reino Unido, o cenário é bastante competitivo. Quem se estabelecer na França, ganhará outros mercados", disse.

Em seguida, Aurelies Capus e Frederic Boute da F Initiatives apresentaram aos empreendedores algumas das vantagens fiscais e tributárias que as empresas brasileiras irão encontrar na França, como um crédito para realização de pesquisa e desenvolvimento e mecanismos de fomento do governo para jovens empresas inovadoras.

Daniel Coutinho, empreendedor brasileiro sediado na França, também conversou com os representantes das startups que integram a missão do StartOut. Ex-diretor de uma empresa da holding Louis Vitton, ele acredita que a França é a "nova capital da economia europeia".

"Nunca foi tão bom para uma empresa brasileira se instalar na França. O contexto do Brexit [saída do Reino Unido da União Europeia] fez com que o país se tornasse um destino para muitas empresas. O mercado tem se modernizado com a reforma trabalhistas. A mão de obra francesa é muito qualificada. A localização é central para acessar muitos mercados aqui na Europa", disse.

Pitch

No começo da tarde, houve uma rodada de palestras com prestadores de serviços franceses. Advogados, consultores de mercado, representantes da Câmara de Comércio Brasil-França e especialistas da área de recursos humanos explicaram aos participantes da missão as particularidades do mercado francês.

Em seguida, os empreendedores apresentaram suas startups a um investidor francês e dois outros convidados ligados ao ecossistema de inovação do país. Em quatro minutos, eles falaram a respeito do seu modelo de negócio, do mercado em que se inserem e das parcerias que buscam na França para ampliar suas operações.

No domingo, foi realizado um treinamento do pitch com Vinícius Machado, da Startadora, instituição que oferece treinamentos e capacitações a empresas e governos com métodos e ferramentas do universo das startups. Machado compartilhou diferentes técnicas e estratégias para aprimorar a apresentação e o discurso dos participantes da missão.

Agenda

Amanhã (5) as startups visitarão incubadoras e aceleradoras francesas. Estão programadas visitas à Paris&Co, Le Hub – Bpi France e Station F. Também haverá um encontro com a equipe da Blablacar, plataforma de transporte que conecta motoristas e passageiros e promove o compartilhamento de carros em viagens de longa distância.

Catorze startups participam da missão em Paris: Portal Telemedicina (saúde); Molegolar (infraestrutura); Sellead (educação); N2N Virtual (TIC); Asel Tech (óleo e gás); Aya Tech (saúde); Simbio (TIC); Checkmob (TIC); Synappse Assist (saúde); Birmind (química); Biosolvit (óleo e gás); Ergon Projetos (energia); Noeh (saúde); e Filho sem fila (educação).

Sobre o StartOut Brasil

O StartOut Brasil selecionará, por ciclo de imersão, até 15 startups com potencial de internacionalização para participar de missões no exterior. As empresas terão acesso à consultoria especializada em internacionalização, mentoria com especialistas no mercado de destino e treinamento de pitch.

Além disso, durante a missão, cumprem agenda de trabalho montada para promover a prospecção de clientes e investidores e a conexão a ambientes de inovação. No último dia da missão, é realizado um demoday para investidores. Quando retornam ao Brasil, as empresas terão apoio para definir sua estratégia de internacionalização e realizar a efetiva instalação no mercado-alvo (softlanding).

No ano que vem, serão realizadas quatro missões de internacionalização. Em maio, as startups brasileiras terão a oportunidade de conhecer o ambiente de inovação de Berlim. No segundo semestre, as empresas irão a Miami e Lisboa, em agosto e novembro.

Desemprego cairá a 8% com nova Previdência, diz governo

05/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Planalto iniciou mais uma ofensiva sobre deputados da base aliada, prefeitos e governadores para tentar reunir ao menos 308 votos pela reforma da Previdência – hoje, o governo não tem o apoio necessário para a aprovação.

No jantar na casa do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), no domingo (3), ministros e líderes do governo apresentaram argumentos para tentar vencer a resistência dos parlamentares.

O ministro Dyogo Oliveira (Planejamento), por exemplo, disse que o PIB pode cair 2,8% se a reforma não for aprovada e que, com a aprovação, o desemprego estará entre 8% ou 9% em junho e julho do ano que vem – hoje, o índice é de cerca de 12%. Auxiliares de Temer vão analisar se o clima na base para a votação da reforma melhorou em uma nova reunião, marcada para esta quarta-feira (6). Só então decidirão se vão ou não pautar a matéria ainda neste ano.

Nesta segunda (4), integrantes da Casa Civil da Fazenda e do Planejamento fecharam um projeto que inclui R\$ 3 bilhões extras na previsão do Orçamento do próximo ano para os municípios. A liberação do dinheiro dependerá da aprovação da reforma.

A estratégia é pressionar os prefeitos a influenciar deputados para que eles votem em favor das mudanças.

O discurso oficial é que a aprovação da nova Previdência vai trazer benefícios para as contas públicas e tornará mais robusta a arrecadação, o que permitirá mais investimentos por parte da União.

Temer já havia anunciado a liberação de R\$ 2 bilhões em forma de Auxílio Financeiro aos Municípios para o pagamento da folha dos servidores. A dificuldade em conseguir votos para aprovar a reforma fez com que a equipe do presidente decidisse adotar uma nova contrapartida.

O cálculo mais atualizado feito pelo Planalto aponta um placar de cerca de 270 votos favoráveis à reforma.

Em busca de mais apoio, o peemedebista abrirá o gabinete nesta semana para receber parlamentares indecisos ou resistentes. O principal foco serão PP, PR e PSD.

Para tentar diminuir a resistência, o Planalto distribuirá cartilha com dados que mostram que a maioria dos parlamentares que apoiaram as mudanças na aposentadoria propostas pelo ex-presidente FHC foi reeleita.

O material é intitulado "Votar Certo, Deu Certo" e aponta índice de reeleição próximo de 70% entre quem apoiou as mudanças.

Os dados são os mesmos compilados por Pedro Fernando Nery, consultor do Senado. Em sua pesquisa, no entanto, ele diz que não há correlação entre voto na reforma e o desempenho eleitoral posterior.

Com perda de clientes, serviços do Brasil têm em novembro maior contração em 9 meses, mostra PMI

05/12/2017 – Fonte: Reuters

A atividade de serviços do Brasil encolheu em novembro no ritmo mais forte em nove meses devido à perda de clientes, levando a confiança do setor ao nível mais baixo desde o início do ano passado, de acordo com a pesquisa Índice Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgada nesta terça-feira.

O IHS Markit informou que o PMI do setor de serviços brasileiro recuou a 46,9 em novembro contra 48,8 em outubro, segundo mês seguido abaixo da marca de 50 que separa crescimento de contração.

Patrocinado

“Os entrevistados (...) citaram o ambiente operacional difícil, a perda de clientes existentes e as inadimplências por parte dos clientes como causas”, explicou o IHS Markit, destacando que três das cinco categorias monitoradas, Transporte e Armazenamento, Serviços ao Consumidor, e Serviços Imobiliários e Empresariais registraram queda na atividade.

A atividade contraiu mesmo com um pequeno aumento na entrada de novos trabalhos, revertendo a redução registrada em outubro, graças a políticas de preços competitivos adotadas pelas empresas.

Entretanto, as preocupações com a escassez de crédito, as pressões inflacionárias e a demanda reprimida contiveram o otimismo dos empresários, que chegou ao nível mais baixo desde o início de 2016, embora ainda haja expectativa de planos de reestruturação e investimentos em publicidade.

Os preços de vendas ficaram em novembro basicamente inalterados, após três meses de descontos. Enquanto algumas empresas aumentaram os preços tentando dividir as cargas adicionais de custos com os clientes, outras fizeram reduções em meio a taxas de juros em queda e pressões competitivas.

Por outro lado, os custos de insumos continuaram a aumentar no mês, pressionados por combustíveis, energia e materiais importados, porém a taxa de inflação foi a mais fraca em quatro meses.

Buscando aliviar a pressão sobre as margens de lucros diante desse cenário, os fornecedores de serviços voltaram a reduzir a força de trabalho, numa sequência que já dura quase três anos, no ritmo mais forte desde agosto.

Se de um lado o setor de serviços apresenta contração, o PMI da indústria apontou expansão desse setor ao nível mais elevado em quase sete anos em novembro.

Com a queda no setor de serviços, o PMI Composto do Brasil registrou contração pelo segundo mês seguido, atingindo o menor nível desde junho de 48,9, contra 49,5 em outubro.

“A conjuntura positiva vista na indústria deve ser mantida para o ano novo já que as empresas trabalham para reconstruir seus estoques buscando atender novos contratos. Por outro lado, as empresas de serviços vão esperar uma melhora da demanda para se manterem ocupadas”, disse em nota a economista do IHS Markit Pollyanna De Lima.

Empresas criticam INSS de trabalhador intermitente

05/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O trabalho intermitente, nova modalidade contratual introduzida pela reforma trabalhista, era uma demanda antiga do setor de comércio e serviços. A forma como está sendo regulamentado, porém, está gerando críticas e temor entre seus maiores defensores e interessados.

A principal polêmica é a contribuição previdenciária desse trabalhador se ele receber menos do que um salário mínimo no mês. Nesse caso, se ele quiser que o mês trabalhado conte para sua aposentadoria e acesso a benefícios como auxílio doença, ele vai precisar contribuir para o INSS do próprio bolso.

Por exemplo, na hipótese de um trabalhador intermitente que tenha recebido R\$ 500 em um mês, a empresa remeterá ao INSS 20% desse valor, e reterá outros 8% do salário, tal como funciona em contratos com carteira assinada de modo geral.

A diferença é que, como o salário foi menor que o mínimo (hoje em R\$ 937), essa contribuição não dará direito a nenhuma cobertura previdenciária. Para que o mês seja considerado pelo INSS, o trabalhador terá que pagar 8% sobre a diferença que falta para chegar no mínimo (nesse exemplo, sobre R\$ 437, o que resulta em R\$ 34,96).

Isso acontece porque o piso do benefício pago pelo INSS aos seus segurados, como aposentadoria, corresponde ao salário mínimo –daí a necessidade de que a contribuição seja pelo menos equivalente a ele.

Um dos problemas apontados nessa regra é o procedimento altamente burocrático exigido dos trabalhadores, que todo mês terão de somar os ganhos de todos os contratos, calcular a diferença para o salário mínimo e fazer o recolhimento necessário.

O passo a passo –se via emissão boleto pela internet, por exemplo– ainda não foi definido, ainda que a modalidade já esteja em vigor e entidade do setor estime algo em torno de 100 mil a 150 mil intermitentes já em atividade.

Outra crítica dirige-se à lógica "tudo ou nada" aplicada: ainda que o profissional tenha recebido 99% do salário mínimo, e a empresa repassado os encargos previdenciários proporcionais, caso a diferença não seja complementada, o mês será desprezado para fins de aposentadoria e auxílio-doença, entre outros benefícios do INSS.

Na hipótese do trabalhador ter recebido R\$ 900 em um mês (ou 96% do salário mínimo), ele deverá pagar R\$ 2,96 se quiser garantir a cobertura previdenciária. Caso contrário, ainda que a empresa tenha pago 20% sobre esse valor (R\$ 180) e retido outros R\$ 72 do salário bruto a título de contribuição do empregado para a Previdência, ele não vai ter acesso a nenhum benefício do INSS.

"O problema é que vai ser difícil para a pessoa consolidar essas informações e fazer o pagamento. A minha sensação é que a gente precisa discutir um pouco mais essa questão", diz Paulo Solmucci, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

Ele defende a criação de uma regra de proporcionalidade, que permita a contagem de dias de contribuição em vez de meses. Outra ideia é o desenvolvimento de um sistema de cálculo automático pela Receita Federal, que informe quanto o empregado precisa complementar e que as empresas tivessem acesso, podendo fazer essa ponte e simplificando a burocracia.

"Isso não pode permanecer dessa forma, da pessoa contribuir e por não complementar não ter cobertura previdenciária, porque de maneira parcial ela está fazendo o

recolhimento disso", diz o professor da Faculdade de Economia da USP e ex-secretário de Previdência Complementar José Savoia.

"Eu não acredito que esse empregado vá complementar, porque ele já tem um ganho pequeno, o povo brasileiro por natureza não tem cultura de previdência, mas de dinheiro na mão", afirma André Fittipaldi, sócio da área trabalhista do TozziniFreire advogados.

O economista Sérgio Firpo, do Insper, também acredita que a burocracia e o ganho pequeno devem desestimular a contribuição para a Previdência da categoria. "Isso vai na contramão da redução da desigualdade. Estamos colocando o custo em cima dos mais pobres", diz.

SEM RESPOSTAS

Do lado da responsabilidade dos empresários também ainda restam muitas dúvidas. O problema é que ainda não está claro como vai ser, na prática, o procedimento de recolhimento de todos os encargos – e se, depois dessa conta, a modalidade ainda vai valer a pena.

"O que é complicado é que a lei fala uma coisa, mas quando você vai aplicar gera muito dúvida como você vai fazer o acerto, como você vai pagar o proporcional", diz Valquiria Furlani, coordenadora do departamento jurídico do Sindilojas-SP, sindicato patronal dos lojistas.

A entidade tem recomendado cautela aos empresários que a procuram, especialmente os pequenos e médios, que não contam com uma estrutura jurídica sólida como as grandes companhias. "É difícil, na visão do empregador, contratar nessa modalidade. Tem tantas dúvidas, e não temos todas as respostas", afirma Furlani.

Empresa pode obrigar funcionário a folgar e compensar horas depois?

05/12/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Quando chegam as festas de fim de ano, é comum que as empresas interrompam suas atividades e concedam folga aos empregados. Mais tarde, porém, isso precisa ser compensado



Quando chega o fim de ano, é comum que empresas suspendam as atividades e concedam folgas, de forma compulsória, aos empregados. O problema é que, depois do descanso, vem a compensação de horas – o que significa mais tempo de trabalho no dia.

Claro que é muito difícil que um funcionário reclame de folgas, mas, caso o trabalhador preferisse, ele poderia recusar o repouso e trabalhar mesmo na semana das festas para não ter que compensar depois?

O advogado trabalhista André Brandalise explica que, a princípio, um acordo de compensação de horas não deve ser feito de forma unilateral. Isso significa dizer que empresa e funcionário, em conjunto, devem chegar aos termos da folga e horários que serão trabalhadas a mais.

“E por mais que um empregado preferisse trabalhar nesses dias, é preciso ver o lado da empresa. Às vezes todos os setores já vão parar, ficando inviável a realização de atividades no período”, diz o jurista.

Pelo fato de a situação fugir do comum – já que o ordinário é cumprir a jornada conforme estipulado em contrato –, o acordo deve ser realizado de forma explícita, escrito e assinado por ambas as partes. O documento também é importante para proteger a empresa em uma eventual reclamação trabalhista, decorrente de uma interpretação errônea da compensação de horas.

“A empresa não pode, simplesmente, chegar a falar ‘a partir de hoje a gente não trabalha mais, agora só no ano que vem’”, afirma o advogado.

E esse acordo pode ser feito tanto junto ao sindicato da categoria quanto diretamente com os empregados. Na primeira hipótese, não é preciso que todos os trabalhadores aprovem as condições, somente a maioria. Pode acontecer, ainda, de já haver previsão de compensação de horas em acordo ou convenção coletiva, não sendo necessário, nesses casos, um novo acordo apenas para as festas de fim de ano.

Agora, com a reforma trabalhista, esse acordo também pode ser realizado diretamente com os funcionários, sem a necessidade de participação do sindicato laboral, conforme prevê o parágrafo segundo do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Limite máximo respeitado

Mesmo com o acordo de compensação de horas pactuado entre empregado e empregador, deve-se ressaltar que o limite da jornada previsto em lei precisa ser respeitado, que é de 10 horas – as oito previstas pela Constituição Federal mais as duas extras que podem ser feitas diariamente, no máximo. Esse parâmetro deve ser respeitado inclusive pelas empresas que já adotam o esquema de banco de horas.

Também é importante lembrar que a compensação de horas, com o advento da reforma trabalhista, deve ocorrer em, no máximo, seis meses. E caso o contrato de trabalho seja rescindido antes de o período ser compensado, o residual precisa ser pago como hora extra.

E caso os trabalhadores se sintam prejudicados com o acordo, Brandalise recomenda que seja procurado o sindicato da categoria ou, em última hipótese, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Se a empresa contar com mais de 200 empregados e já tiver instituído a comissão interna prevista pelo artigo 510-A da CLT, dispositivo incluído na reforma, esse grupo de representantes também pode ser acionado.

Acordo de plano econômico vai incluir ações individuais

05/12/2017 – Fonte: Folha de S.Paulo



Após uma semana de negociação, bancos e poupadores resolveram a última pendência para assinar o acordo de indenização pelas perdas com planos econômicos dos anos 1980 e 1990: quem entrou com ação individual será coberto pelo acordo, e não apenas os com ação coletiva.

Com isso, o valor estimado a ser pago subiu de R\$ 10 bilhões para R\$ 12 bilhões. Os bancos resistiam pois queriam que somente os beneficiários de ações coletivas fossem contemplados –cerca de 1 milhão de ações.

Os representantes dos poupadores insistiram em que também as ações individuais válidas fossem consideradas para o acordo que inclui os planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991).

Representantes da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), da Febrapo (Frente Brasileira dos Poupadores) e do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) vão submeter os termos do acordo aos seus associados.

Na sexta (8), devem voltar a se reunir na AGU (Advocacia-Geral da União) para assinar a minuta, se houver consenso.

Se essa etapa for superada, o acordo será levado aos três ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) que têm processos referentes a planos: Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, presidente do tribunal.

É possível que o assunto seja levado ao plenário para uma decisão colegiada. Se for aceito, as ações que tramitam na Justiça serão encerradas.

PRÓXIMOS PASSOS

Nessa nova rodada de discussões, não houve alterações nos acordos financeiros das indenizações.

Sobre o valor a ser pago incidirá um fator de correção que foi chamado de "multiplicador" e leva em consideração, por exemplo, juros de mora. O multiplicador vai variar de acordo com o plano econômico.

Depois da correção do valor, haverá um desconto que também varia de acordo com o plano econômico. Os mais recentes terão desconto menor. A reportagem apurou que esse corte poderá chegar a 40%. Os bancos pediam um abatimento mínimo de 50%. Também foi definido um patamar para pagamentos à vista, mas ele não foi revelado. Acima desse patamar, o valor será pago em parcelas corrigidas pelo IPCA (índice oficial de inflação).

Apesar de terem chegado a um consenso, os representantes envolvidos se comprometeram a não divulgar os termos finais até que a minuta do acordo seja assinada. Isso para evitar possíveis desgastes com o Supremo.

Na semana passada, a advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, afirmou que o acordo dará novo impulso à economia e vai resolver "um dos conflitos mais longos do nosso país".

-

ENTENDA O ACORDO

Quem tem direito às indenizações?

Aqueles que ingressaram com ações coletivas e individuais. Poupadores que não entraram com ações ficarão fora

O pagamento será integral?

Não. Haverá um índice de correção monetária e um desconto que pode chegar a 40%

O valor será pago à vista?

A maior parte deverá ser parcelada com correção pelo IPCA

Já posso ir ao banco?

Ainda não. Os termos finais do acordo foram definidos, mas, para valer, é preciso que seja homologado pelo Supremo Tribunal Federal

Tenho processo contra o banco em tramitação. Devo desistir?

Para aderir ao acordo, será preciso abrir mão de todas as ações

Não concordo com os termos do acordo. Devo manter minha ação na Justiça?

Se o Supremo aceitar o acordo entre bancos e poupadores, todas as ações serão automaticamente encerradas

Bolsa avança 1,1% com articulações do governo para aprovar Previdência

05/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Presidente Michel Temer e presidente da Câmara, Rodrigo Maia, após jantar com partidos

As negociações do governo para tentar aprovar a reforma da Previdência animaram o mercado nesta segunda-feira (4) e a Bolsa brasileira conseguiu sustentar a segunda alta seguida. O dólar perdeu força em relação ao real, na contramão da valorização da moeda americana ante a maioria das divisas do mundo.

O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas, fechou em alta de 1,14%, para 73.090 pontos. O volume financeiro negociado foi de R\$ 8 bilhões.

O dólar comercial se desvalorizou 0,27%, para R\$ 3,248. O dólar à vista recuou 0,30%, para R\$ 3,244.

A esperança de aprovação da reforma da Previdência voltou a contagiar o mercado nesta segunda. Na noite de domingo, o presidente Michel Temer reuniu, na casa oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), líderes de partidos para tentar avaliar quantos votos o governo teria a favor da proposta de mudanças na aposentadoria.

Como parte da ofensiva, também decidiu liberar mais R\$ 3 bilhões a municípios em 2018 caso a reforma seja aprovada. O objetivo é pressionar os prefeitos a influenciarem deputados na Câmara para que eles votem em favor das mudanças nas regras de aposentadoria.

Nesta segunda, o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) disse haver "boa probabilidade" de votação da reforma da Previdência no Congresso ainda neste ano. "Tanto no almoço no Palácio da Alvorada quanto no jantar, houve comprometimento muito grande de todos os partidos da base com a reforma, porque todos entendem a necessidade de fazer", afirmou.

A proximidade da última reunião do Copom (comitê de política monetária do Banco Central) foi outro fator que favoreceu as negociações em Bolsa, avalia Marco Tulli, gestor da mesa de operações da corretora Coinvalores. "Há uma taxa Selic em patamares historicamente baixos, o PIB positivo, uma projeção para 2018 e 2019 melhor ainda. São fatores que ajudam a impulsionar a Bolsa", diz.

Por outro lado, os investidores desconsideraram o resultado da pesquisa Datafolha que mostrou a consolidação da liderança de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) aparece isolado em segundo lugar da corrida presidencial.

AÇÕES

Das 59 ações do Ibovespa, 43 fecharam em alta e 16 caíram.

As ações da JBS lideraram as altas do Ibovespa, com ganho de 8%. Nesta segunda, o BNDES, principal acionista minoritário na empresa, disse aguardar a convocação de uma assembleia geral para deliberar sobre os prejuízos que as delações dos acionistas controladores causaram à companhia.

"O conselho de administração não é um local suficientemente amplo para discussão que precisa ser feita, por mais que lá tenhamos conselheiros novos do BNDES muito bem equipados. Precisamos de AGE, é nela que sócios discutem as perspectivas da empresa", comentou o presidente do banco de fomento, Paulo Rabello de Castro.

A Metalurgica Gerdau avançou 4,93%, enquanto as ações ordinárias da Vale subiram 3,80%, para R\$ 36,83, impulsionadas pela forte alta de 3,67% do minério de ferro – a quinta valorização seguida.

Na ponta contrária, as ações da CPFL Energia recuaram 5,09% e lideraram as baixas do índice. A Braskem perdeu 2,59%, e a Ecorodovias se depreciou 2,30%.

As ações da Petrobras foram pressionadas pela queda de cerca de 2% dos preços do petróleo e caíram. As ações preferenciais recuaram 0,83%, para R\$ 15,48. As ações ordinárias da estatal perderam 0,12%, para R\$ 16,09.

No setor financeiro, as ações do Itaú Unibanco subiram 1,48%. Os papéis preferenciais do Bradesco tiveram valorização de 1,66%, e os ordinários subiram 0,49%. O Banco do Brasil teve ganho de 2,44%, e as units –conjunto de ações– do Santander Brasil fecharam com alta de 3,69%.

DÓLAR

A aprovação, pelo Senado americano, de proposta de reforma tributária no último sábado fez o dólar ganhar força em relação a 20 das 31 principais moedas do mundo. No que seria a maior reforma tributária nos EUA desde a década de 1980, os republicanos querem aumentar a dívida nacional de US\$ 20 trilhões em US\$ 1,4 trilhão ao longo de 10 anos para financiar as mudanças, que eles dizem que aumentarão ainda mais uma economia já em crescimento.

O CDS (credit default swap, espécie de seguro contra calote) do Brasil recuou 2,12%, para 166,9 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados fecharam em baixa. O contrato com vencimento em janeiro de 2018 caiu de 7,005% para 6,970%. O contrato para janeiro de 2019 recuou de 7,090% para 7,040%.

Câmara tentará passar a reforma ainda este ano, diz Rodrigo Maia

05/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pedro Ladeira - 18.set.17/Folhapress



O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em cerimônia em Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que tentará colocar a reforma da Previdência em votação ainda neste ano.

Ele admitiu, contudo, que a base aliada do governo ainda tem distância grande a percorrer para o total de votos necessários para passar a medida na Câmara. O cálculo é que seriam necessários contar com os 330 parlamentares da base.

Maia afirmou que houve avanços nas reuniões com líderes de partidos e bancadas no último final de semana e que recebeu dos políticos o compromisso de votar com o governo.

Ele também evitou dizer quantos votos a base possui atualmente e quantos precisará conquistar para aprovar a medida sem correr riscos.

O presidente rechaçou a possibilidade de deixar as discussões para depois das eleições de outubro do ano que vem, ao dizer que quanto mais passa o tempo, o déficit das contas públicas aumenta.

"O déficit esse ano com a Previdência é de R\$ 50 bilhões. Se esperarmos a eleição, vai para R\$ 100 bilhões. Que presidente irá governar com um rombo desse tamanho? Não terá dinheiro para educação, saúde, enfim. Quanto mais rápido votarmos, melhor para as contas públicas", disse, após palestrar em evento para empresários no Rio.

Segundo Maia, a não votação da Previdência poderá acarretar em quadro de reversão dos indicadores econômicos projetados para o ano que vem.

"O PIB, que se espera alta de 1,5% no ano que vem, certamente não crescerá isso. O desemprego, que está caindo, pode parar de cair. Ai você terá inflação, a volta dos juros e todo esse quadro de recuperação deixa de existir. É dramático", afirmou.

Maia reforçou que conta com os votos do PSDB, partido que está às voltas entre desembarcar ou não da base de apoio do presidente Michel Temer.

Ele disse que há no Brasil um debate que pretende aglutinar questões eleitorais com a aprovação da reforma da Previdência. Maia reafirmou que o PSDB é alinhado com a agenda de reformas do governo, que agora fala em lançar candidatura própria para o ano que vem.

"O PSDB está firme [conosco na aprovação da reforma]. Não é justo que se trate o PSDB dessa forma. Ninguém terá 100% dos votos na base aliada, mas sem o PSDB não tem reforma", disse.

Maia criticou o tom político da entrevista do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, à Folha, publicada nesta segunda-feira (4). Meirelles afirmou que o governo terá candidato no ano que vem e ele não será o atual governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB).

O presidente da Câmara disse que Meirelles faz trabalho exemplar à frente do ministério, mas que não deveria entrar na discussão eleitoral.

"A entrevista foi num momento inadequado. Para alguém que não é ator político natural, [a forma com que ele se posicionou] atrapalha", disse.

Maia se referia à fala de Meirelles sobre o PSDB e a intenção do governo de ter candidato próprio. O presidente da Câmara reforçou a necessidade de se separar o debate eleitoral do da reforma. Segundo ele, a "responsabilidade fiscal precisa estar separada da ideologia".

"Sem reforma, qualquer candidato que prometer algo na eleição estará mentindo". Mais cedo, em agenda em São Paulo, Maia disse que seria um "sonho" disputar a presidência do país.

Temer teria manifestado o desejo de que uma chapa Meirelles-Maia disputasse pelo lado governista em 2018. Maia, no entanto, disse que, apesar de querer disputar um cargo no Executivo no futuro, agora não seria o momento ideal.

Ele lembrou que tem baixa votação em seu Estado (RJ). Disse que não teria condições de se eleger a governador do Rio em 2018, tampouco presidente do país. Afirmou que tentará nova eleição a deputado federal no próximo pleito.

Maia está no quinto mandato de deputado federal. Ele foi eleito em 2014 com 53.167 no Estado do Rio. Só entrou por conta do quociente eleitoral em razão da coligação entre DEM, PSDB e PPS. Sua maior votação, até então, foi em 2006, quando obteve 235.111 votos.

Em 2012, tentou a Prefeitura do Rio, em chapa com a filha do ex-governador Anthony Garotinho, Clarissa Garotinho, então no PR. Ficou em terceiro lugar, com pouco mais de 96 mil votos. Eduardo Paes (PMDB) levou no primeiro turno com 2,1 milhões de votos.

Para Meirelles, há 'boa probabilidade' de votar a Previdência em 2017

05/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pedro Ladeira/Folhapress



Para ministro Henrique Meirelles, ainda é possível aprovar reforma da Previdência em 2017

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta segunda (4) que as reuniões com líderes da base do governo no domingo (3) foram positivas e que há "boa probabilidade" de votação da reforma da Previdência no Congresso ainda em 2017.

Em entrevista após evento no Rio, o ministro disse ainda contar com apoio do PSDB para a votação, argumentando que o processo definirá "quem está comprometido com as reformas".

Na busca por apoio à proposta, o presidente Michel Temer se reuniu duas vezes neste domingo com parlamentares, a primeira no Palácio da Alvorada e a segunda em jantar na residência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM).

"Tanto no almoço no Palácio da Alvorada quanto no jantar, houve comprometimento muito grande de todos os partidos da base com a reforma, porque todos entendem a necessidade de fazer", afirmou.

"Estamos fazendo um esforço grande para votar neste ano e há boa probabilidade. Mas isso, evidentemente, compete ao presidente da Câmara e de sua avaliação do momento certo", completou.

Em sua palestra no evento, Meirelles voltou a defender a necessidade da reforma, diante do peso crescente da Previdência sobre as contas públicas. "Terá que ser feita. A questão é quando", reforçou.

Ele disse entender a oposição popular ao tema, já que mexe no prazo para pedir aposentadoria, mas argumentou que, sem as mudanças, o sistema perde a sustentabilidade no futuro.

O ministro e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida, defenderam que a proposta do governo é "justa", já que as parcelas mais pobres da população já se aposentam por idade, e não por contribuição.

"Os trabalhadores mais pobres não conseguem ter carteira assinada por 35 anos e já se aposentam por idade", argumentou o ministro.

Mansueto acrescentou que 48,5% dos gastos do governo com programas de transferência de renda ficam hoje com os 20% dos domicílios brasileiros de maior renda. "Isso é a Previdência", afirmou.

CANDIDATURA

Em entrevista após o evento, Meirelles reforçou, como disse à **Folha**, que os resultados do plano de ajuste fiscal terão impacto positivo sobre uma eventual candidatura governista à Presidência em 2018.

Ele frisou, porém, que embora seja citado como candidato, só tomará a decisão em março. "Agora preciso ter foco total no meu trabalho como ministro da Fazenda. Não é momento de fazer campanha", disse.

Em uma referência ao PSDB, disse que "qualquer candidatura governista tem que ter compromisso com as reformas que estão sendo feitas, tem que defender o legado". "É natural que cada partido faça as suas opções. Mas tem que analisar as consequências de apoiar ou não o governo."

Em sua palestra, Meirelles elencou resultados do programa de ajuste fiscal. Ele foi recebido com aplausos pela plateia, formada por economistas e executivos.

Ao fim, foi homenageado com uma placa pelo ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni por seu trabalho para o "reinício do crescimento econômico do país".

Petrobras anuncia sexto aumento seguido no preço do gás de cozinha

05/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (4) o sexto aumento consecutivo no preço do gás de cozinha vendido em botijões de 13 quilos. Desta vez, a alta será de 8,9%, em média, valendo a partir desta terça-feira.

Desde que a Petrobras iniciou o ciclo de alta, em agosto, o reajuste acumulado no preço do gás vendido em botijões de 13 quilos chega a 67,8%.

De acordo com a empresa, se o repasse do reajuste desta segunda for integral, o preço do botijão nas revendas subirá 4%, ou R\$ 2,53.

Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural ou Biocombustíveis), o preço médio do botijão na semana passada era R\$ 65,64.

"O reajuste foi causado principalmente pela alta das cotações do produto nos mercados internacionais", disse a Petrobras em comunicado.

Para o produto vendido em vasilhames maiores ou a granel, mais usado por consumidores comerciais ou industriais, houve reajuste de 5,3% na semana passada. Desde 2003, a estatal pratica dois preços para o gás liquefeito de petróleo (GLP, o gás de cozinha): um para os botijões menores e outro para grandes vasilhames.

A diferença tinha como objetivo preservar os consumidores mais pobres, para os quais o botijão de gás tem grande peso no orçamento familiar.

Em junho, a Petrobras instituiu nova política de preços para o produto, que considera as cotações internacionais, a taxa de câmbio e a margem de lucro. No caso do produto vendido para o mercado industrial, a conta inclui ainda o custo de importação.

Um dos objetivos é eliminar os subsídios que vinham sendo concedidos ao botijão desde o início do primeiro governo Lula.

De acordo com o Sindigás (Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP), o preço praticado pela estatal está hoje 1,3% abaixo das cotações internacionais.

AL-KO investe R\$ 2,5 milhões no Brasil

05/12/2017 – Fonte: Reuters



Atibaia foi escolhida por proximidade com aeroporto internacional e rodovias (foto: Mário Curcio)

A fabricante alemã de chassis e eixos para reboques **AL-KO** está investindo **R\$ 2,5 milhões** em uma operação própria no Brasil. A empresa já atuava no mercado local por intermédio de um distribuidor, mas em julho assumiu o negócio e se instalou na cidade de Atibaia (SP), onde passará a montar eixos sob demanda entre junho e julho de 2018 em vez de trazê-los prontos da Europa, como faz atualmente.

“Queríamos começar em janeiro, mas dependemos da produção local de uma máquina que só ficará pronta no meio do ano”, afirma o diretor geral da companhia no Brasil, Arndt Budweg. Por aqui a AL-KO fornece eixos avulsos e chassis com um ou dois eixos para carretas até 3,5 mil quilos utilizadas no campo (rebocadas por tratores, por exemplo), no transporte de cavalos, barcos, quadriciclos e em obras de infraestrutura, carregando geradores, compressores e torres de iluminação.

“Enquanto o mercado de implementos rodoviários caiu quase 60% entre 2014 e 2016, para 23,7 mil unidades, o emplacamento de carretas leves como as nossas manteve números próximos a 100 mil unidades, o que indica uma produção total próxima a 120 mil, porque muitas não são emplacadas”, recorda o executivo.

“Queremos 10% desse mercado em dois ou três anos”, diz Budweg. “Para 2018 o faturamento bruto esperado no Brasil é de R\$ 5 milhões e queremos crescer de 30% a 40% a cada ano nos próximos cinco anos.

” O faturamento líquido da companhia em todo o mundo será de € 450 milhões, 88% provenientes da Europa, 8% da Austrália e 4% do restante do mundo. A produção dos

componentes ocorre na própria Alemanha, na Áustria, Espanha, França, China e na Itália.



Atualmente, galpão estoca diferentes eixos, chassis (ao fundo da foto maior), engates e acessórios trazidos da Europa. De acordo com o diretor geral, Arndt Budweg, produção local começa na metade de 2018 (fotos: Mário Curcio e divulgação).

“Na Alemanha fica também nosso centro de pesquisa e desenvolvimento, onde trabalham cerca de 200 engenheiros”, recorda Budweg. Além dos eixos e chassis, a empresa produz acessórios como acoplamentos especiais, dispositivos eletrônicos antipêndulo, que reduzem as oscilações do reboque e a perda de controle, e também um sistema de freio inercial, acionado automaticamente em consequência da frenagem do veículo que estiver rebocando o trailer ou carreta.

Na Europa a AL-KO detém 50% do mercado de reboques comerciais e 85% dos chassis para trailers de turismo. Aqui no Brasil, por causa da pequena produção de trailers para turismo, o volume de negócios no segmento é pequeno. “Vendemos cerca de 120 chassis em todo o ano para a Turiscar, a maior empresa do segmento”, diz Budweg.

De acordo com levantamento da AL-KO, o Brasil tem 400 fabricantes de carretas homologados, quase todos pequenos. “A tendência é que esse mercado passe a se concentrar em grandes produtores. Muito do que se fabrica hoje no Brasil é feito a partir de sucata, aproveitando eixos traseiros do VW Gol, por exemplo, ou suspensões com feixes de molas de outros veículos. Além do risco à segurança, esses componentes são pesados. Nossos eixos são mais leves e nossos chassis, mais leves e mais baixos, o que melhora o desempenho geral e a estabilidade”, garante o diretor geral da companhia.

Por algum tempo, os tubos que formam os eixos continuarão vindo da Alemanha. Em Atibaia eles serão cortados na medida encomendada e receberão a montagem dos braços de suspensão. A AL-KO também pretende nacionalizar rolamentos e itens fundidos como os cubos de roda com a ajuda de fornecedores locais.

A AL-KO do Brasil é responsável pelos negócios em toda a América Latina. “Fecho daqui os pedidos que vão para outros países da região. Mais adiante, por questões logísticas, é provável que a unidade de Atibaia abasteça a Argentina e o Uruguai.” De acordo com o executivo, a escolha de Atibaia para erguer a fábrica se deu pela proximidade com as rodovias Fernão Dias, D. Pedro I, com o Aeroporto Internacional de Cumbica, Guarulhos, e pelo preço do metro quadrado.

VALORES MÉDIOS PRATICADOS

De acordo com Arndt Budweg, os produtos de maior volume de vendas no Brasil são os eixos, que terão cerca de mil unidades vendidas em 2017. Um modelo para até 750 quilos sem freios próprios sai por cerca de R\$ 650. Com os freios o valor sobe para R\$ 1,5 mil. O chassi AL-KO com um eixo parte de R\$ 5,6 mil e o de dois eixos passa a R\$

8 mil. Em tempo: carretas com peso bruto total até 750 kg dispensam freios próprios; de 751 kg em diante precisam tê-los.

A ORIGEM DA EMPRESA

A AL-KO nasceu em 1931. O nome da antiga empresa familiar vem do fundador, Alois Kober. No início de 2016 um grupo financeiro formou a Dexko ao adquirir a AL-KO e também a Dexter, que atua no mesmo segmento, mas na América do Norte. "Mas toda a operação no Brasil deriva da AL-KO, sobretudo pelo uso das normas europeias e do sistema métrico", conclui.

PSA e Nidec criam joint venture para motores elétricos

05/12/2017 – Fonte: Automotive Business



O Grupo **PSA** e a holding Nidec Leroy-Somer, da fabricante Nidec do Japão, firmaram um acordo de € 220 milhões para a criação de uma joint venture focada na produção de **motores elétricos** para veículos, incluindo híbridos plug-in e 100% elétricos. A empresa, que terá participação de 50/50, atenderá tanto as marcas Peugeot, Citroën e DS como também as de outras montadoras. O negócio, assinado na segunda-feira, 4, ainda passará pelo crivo das autoridades de concorrência.

O novo acordo estabelece as etapas de desenvolvimento e produção dos principais componentes do conjunto propulsor elétrico para veículos. Prevista para começar a operar a partir do primeiro trimestre de 2018, a nova empresa terá a França como sua sede e base de operações, incluindo centro de P&D em Carrières-sous-Poissy e fábrica em Trémery.

A Nidec Leroy-Somer, fruto da aquisição da Leroy-Somer pela Nidec, em fevereiro de 2017, é o primeiro fabricante de motores elétricos da França. A empresa está desenvolvendo uma nova plataforma de crescimento, com foco no setor automotivo, como parte do seu plano estratégico Vision 2020, que pretende atingir faturamento entre € 5,4 a € 7,6 bilhões no setor automotivo em até três anos.

Carros elétricos é uma realidade no setor automotivo e está em plena expansão. Estimativas apontam que o mercado dos motores elétricos para automóveis deve dobrar até 2030, chegando a € 45 bilhões.

Por sua vez, o Grupo PSA reforça que está acelerando sua transição rumo a tecnologias elétricas, incluindo os híbridos plug-in e 100% elétricos, como parte do processo de transição de sua matriz energética, que faz parte do plano Push to Pass.

Sergio Marchionne, da Fiat Chrysler, admite negociações com Hyundai

05/12/2017 – Fonte: Automotive Business

O CEO global da FCA, Sergio Marchionne, confirmou a aproximação entre a Fiat Chrysler e a Hyundai para negociações de possível desenvolvimento conjunto de tecnologias e motorização movida a hidrogênio. O executivo admitiu as negociações entre as duas empresas durante evento de apresentação do regresso da Alfa Romeo à Fórmula 1 no sábado, 2.

De acordo com informações de agências internacionais, Marchionne acredita no futuro

dos motores movidos a célula de hidrogênio, apesar da aposta mais comum da indústria pelos motores 100% elétricos. Em suas declarações, o CEO explicou que a Fiat Chrysler continuará a fazer esforços para avançar com motores elétricos, mas não os vê como única fonte alternativa aos motores tradicionais a combustão.

“Pode ser uma aliança forte”, disse o CEO à repórteres, embora tenha descartado a existência de uma fusão entre a FCA e a Hyundai. “Nós já compramos componentes da Hyundai; vamos ver se podemos concordar com outros pontos, especialmente para o desenvolvimento de transmissões e hidrogênio”, disse Marchionne.

Os termos do acordo ainda estão em fase de avaliação por ambos os grupos, mas a ideia de atuar em conjunto no desenvolvimento em hidrogênio está definida. Além disso, o CEO disse ter o desejo de fechar um grande negócio antes de deixar o comando da FCA, marcado para 2019. Com isso, Marchionne prometeu anunciar no segundo semestre de 2018 um novo plano de negócios que deve durar até 2022.

Há sinais de recuperação na construção civil no Brasil, diz Gerdau

05/12/2017 – Fonte: Inda

O grupo siderúrgico Gerdau está vendo sinais de recuperação no setor de construção civil no Brasil e boas perspectivas para o crescimento no consumo de aço dos Estados Unidos em 2018, afirmou nesta segunda-feira o vice-presidente financeiro da companhia, Harley Scardoelli.

O executivo evitou comentar detalhes, mas afirmou que a empresa deve concluir 2017 com investimentos de 900 milhões de reais, após desembolsar cerca de 600 milhões nos nove primeiros meses do ano. A empresa deverá dar uma indicação de seus investimentos em 2018 apenas no início do próximo ano, afirmou.

Scardoelli participou de reunião com analistas e investidores junto com o presidente-executivo, Andre Gerdau Johannpeter, que deixará o comando da empresa no fim do ano para se tornar membro do conselho de administração. Gustavo Werneck, há mais de uma década no grupo, será o novo presidente-executivo a partir do início de janeiro.

Johannpeter, no comando da Gerdau há 11 anos, vai se dedicar aos aspectos estratégicos no grupo da família e que a empresa ainda tem “algumas etapas a completar” do plano de otimização de ativos que gerou ao grupo 3,2 bilhões de reais desde 2014, principalmente com a venda de operações menos rentáveis. A última venda aconteceu em outubro, envolvendo a totalidade das operações da empresa no Chile, por 154 milhões de dólares.

“Temos muita capacidade ainda para utilizar...Para nós, a venda de ativos leva em consideração a rentabilidade deles, queremos ter pelo menos o custo de capital mais 1 por cento”, disse Johannpeter. Ele acrescentou que a empresa tem usado de 62 a 65 por cento da capacidade produtiva no mundo com exceção do Brasil, onde o nível de utilização é de cerca de 68 por cento.

Segundo ele, o ambiente internacional de preços de aço tem favorecido a possibilidade “de alguns reajustes em mercados domésticos”, incluindo Brasil, Peru e Argentina, mas não deu detalhes sobre os próximos movimentos do grupo.

Scardoelli afirmou que apesar de alguns indicadores de crescimento do setor industrial brasileiro, como a expansão de quase 30 por cento na produção de veículos, e do clima mais otimista para negócios, “o Brasil ainda vai sofrer muita volatilidade principalmente pelo lado político”, disse, em referência às eleições do próximo ano.

“Continuamos muito ligados ao crescimento do PIB. Se o PIB se recuperar ano que vem, isso vai fazer a demanda por aço se recuperar”, disse Scardoelli, que citou ainda o recente aumento nos lançamentos de imóveis residenciais no país.

Na semana passada, o Instituto Aço Brasil (IABr), que representa as siderúrgicas instaladas no Brasil, previu que as vendas de aço no Brasil em 2018 vão subir 4,2 por cento, para 17,4 milhões de toneladas.

Sócia da Usminas, Grupo Ternium aposta no potencial do mercado brasileiro

05/12/2017 – Fonte: Inda

Menos de três meses depois de ter assumido a siderúrgica do bairro carioca de Santa Cruz (antiga Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA), o grupo Ternium, maior produtor de aços planos da América Latina, iniciou neste mês a segunda fase de seu programa de expansão no México.

Com a garantia de fornecimento das placas produzidas na usina brasileira, a empresa, que é sócia controladora da Usiminas, vai investir US\$ 1,1 bilhão para ampliar a oferta de aços acabados de alta qualidade à indústria automotiva mexicana.

Continua depois da publicidade

Enquanto trabalha para consolidar o novo ativo no Brasil, o presidente da Ternium no país, Paolo Bassetti, diz confiar numa reação da economia capaz de justificar também a presença maior da empresa no mercado nacional. “Acreditamos que o Brasil está num momento particular e já voltará a crescer a uma taxa entre 2% e 3%”, disse o executivo, ao comentar a estratégia do grupo, pertencente ao conglomerado ítalo-argentino Techint.

A expectativa é ainda de continuidade da recuperação da Usiminas. A siderúrgica de Ipatinga, no Vale do Aço mineiro, segue revertendo prejuízo: no balanço de janeiro a setembro, destacou lucro líquido de R\$ 360 milhões, ante perdas de R\$ 382 milhões nos primeiros nove meses de 2016. Acionista do grupo de controle da Usiminas desde 2012, detendo 23,1% do capital total, a Ternium vive há três anos conflito judicial com sua principal sócia, o grupo japonês Nippon Steel.

Segundo Paolo Bassetti, a Ternium tem uma visão continental de longo prazo voltada para expandir seus negócios em cada país e região em que atua. O grupo tem 16 fábricas na Argentina, Colômbia, Estados Unidos, Guatemala e México.

“Tenho a visão dos próximos cinco anos, de que devemos colocar nossos investimentos com inteligência para crescer em cada país de forma local e regional. Ninguém investiria no Brasil com visão de curto prazo”, afirma.

De janeiro a setembro, segundo o Instituto Aço Brasil (IABr), houve aumento de 5% do consumo no mercado nacional, incluindo as importações, frente ao mesmo período de 2016.

O presidente da Ternium diz que as perspectivas do setor são positivas, inclusive do ponto de vista do potencial de crescimento do consumo de aço por habitante no Brasil. A estatística indica 100 quilos de aço por habitante ao ano, cerca de metade do que se observa no México.

Outro fato acompanhado com atenção é o impacto das alianças comerciais nas regiões em que a companhia atua. Assim como a expansão da Argentina, grande importadora dos carros brasileiros, interessa ao país e à Ternium, o crescimento do México está vinculado ao incerto destino do acordo do Nafta, quer dizer, à dosagem da abertura comercial dos Estados Unidos, sob o governo de Donald Trump.

SINERGIA

A Ternium concluiu a compra da antiga CSA em setembro. O investimento no Brasil deu a independência que o conglomerado siderúrgico precisa ter no abastecimento de placas de aço, que passaram a ser despachadas do Rio de Janeiro para alimentar a linha de produção voltada ao atendimento de aços especiais para a indústria automotiva no México.

Com fornecimento próprio, a Ternium viabiliza a instalação de um laminador a quente e amplia a entrega de aços galvanizados, processo que confere maior resistência e enobrece o aço. A expansão no centro industrial de Pesquería deverá ser concluída no segundo semestre de 2020.

Do escritório da usina de Guerrero, planta mais antiga da Ternium nas proximidades de Monterrey, o diretor de planejamento comercial da companhia, Alejandro González, explica que a estratégia é fortalecer a presença da Ternium em terras mexicanas. No país, a empresa fatura mais de 60% do valor do seu negócio e disputa a oferta de aços de alta qualidade às montadoras num momento de grande expansão do setor.

“Isso explica por que todos os investimentos que estamos fazendo. O México tem mostrado crescimento muito importante na última década, com grande impulso dado pela indústria automotiva”, afirma. No ano passado, aquele país assumiu a sétima posição entre os maiores produtores de veículos, com 3,6 milhões de unidades, ao passo em que em 2007 estava no 11º lugar, com 2 milhões de unidades.

Secex anuncia vigência de direito antidumping para laminados planos de aço da china e outros países

05/12/2017 – Fonte: Inda

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) informou nesta sexta-feira o prazo de vigência do direito antidumping aplicado a diferentes tipos de laminados planos de aço importados da China e outros países.

Conforme circular publicada no Diário Oficial da União, as partes que desejarem uma revisão de prazo devem protocolar a petição no mínimo quatro meses antes do término de vigência.

No caso de laminados planos de aço ao silício, denominados magnéticos, de grãos não orientados trazidos da China, o direito antidumping se encerrará em 17 de julho de 2018.

Para laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430 laminados a frio (com espessura igual ou superior a 0,35 mm, mas inferior a 4,75 mm) vindos de Alemanha, China, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé e Vietnã, o prazo termina em 4 de outubro do ano que vem.

Já a vigência do direito antidumping em tubos com costura, de aços inoxidáveis austeníticos graus 304 e 316, de seção circular, trazidos da China e de Taipé acaba em 29 de julho de 2018.

Para tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados para oleodutos e gasodutos, originários da China, o prazo se encerrará em 4 de novembro.